

Coluna do Castello

À procura de um líder do governo

LÍDERES, o governo do presidente José Sarney dispõe deles em quantidade apreciável no âmbito da Constituinte — certamente mais do que já pôde dispor qualquer outro governo. Entre os deputados federais, por exemplo, o governo conta com um líder da maioria, recentemente nomeado pelo presidente, o líder do PMDB, o do PFL, e, se quiser, o líder do PTB estará afim mesmo para ajudá-lo — naturalmente em troca de alguns cargos do segundo escalão da República. Ninguém apóia de graça.

Informalmente, engrossa a lista de líderes do governo o todo-poderoso deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, da Câmara, da Constituinte e de quantos mais postos lhe oferecerem, pois seu apetite e sua disponibilidade para colecionar honrarias não encontram paralelo na história recente do parlamento. Sarney acabou de indicá-lo para liderar os entendimentos entre partidos para a aprovação do regimento interno da Constituinte. Ulysses confessou, candidamente, que detesta impasses.

Temos, pois, um governo bem provido de líderes — e, no entanto, poucos, ou apenas um entre eles, funcionam com eficiência e competência e exibem um acentuado grau de fidelidade ao governo que servem. O deputado José Lourenço, líder do PFL, tem conseguido livrar o governo de poucas e boas enrascadas. Como a mais recente delas, quando comandou a retirada do seu partido do plenário e evitou a aprovação de um regimento confeccionado sob medida para permitir a redução do mandato do presidente da República.

Com o deputado Luís Henrique, líder do PMDB, o presidente conta pouco. Quem se o deputado de estar sendo pouco prestigiado por Sarney quando o presidente, na verdade, é quem deveria ter motivo para se queixar do deputado. No episódio da votação que avaliou a participação na Constituinte dos senadores eleitos em 1982, o deputado, que ainda não era líder do PMDB, se absteve. Não teve coragem, contudo, de manter a abstenção quando seu voto, por engano, foi registrado como contrário à participação.

Engordou o cordão dos que desejavam a Constituinte exclusiva com o recesso, enquanto ela durasse, da Câmara e do Senado. Concordou com a convocação, pela Constituinte, do ministro da Fazenda para explicar em plenário a crise econômica — e só recuou porque o líder do PFL não admitiu que isso ocorresse. Ficou, uma vez mais, contra o interesse do presidente quando defendeu a proposta de regimento do senador Fernando Henrique. Finge que apoia o governo mas faz o jogo da esquerda do PMDB.

O deputado Carlos Sant'Anna, líder da maioria, encontra sérias dificuldades para operar com desenvoltura o jogo do governo e vive, ultimamente, em estado de solidão. Foi nomeado para ajudar a dividir o PMDB, atraindo a adesão dos moderados do partido que estejam dispostos a integrar um bloco de centro obediente ao comando de Sarney. Ulysses o pôs de quarentena. O deputado não tem um gabinete para despachar, ainda não dispõe de um horário para seus comunicados e a duras penas obteve um carro.

O próprio governo contribui para aumentar a aflição de Sant'Anna. Não o tem prestigiado como devia, omite-lhe informações importantes, sonega-lhe o conhecimento de decisões prestes a serem tomadas — e não bastasse isso, enfraquece sua autoridade na medida em que assessores do presidente não escondem a decepção que o deputado lhes causa. Sant'Anna ainda não se transformou no canal de comunicação entre a Câmara e o Palácio do Planalto. Luís Henrique e José Lourenço o atropelam constantemente.

Permanece rala ou inexistente a coordenação política do governo, que acaba, em última instância, sendo exercida por um presidente ocupado em administrar a crise econômica e em supervisionar, diretamente, o tratamento conferido à dívida externa. O ministro Paulo Brossard serve para passear sua coleção de chapéus pelo país afora. O ministro Marco Maciel auxilia o presidente nas tarefas de administração do governo. Ulysses não pode atuar em favor de um governo que sonha que dure pouco.

Falta um líder para liderar o bloco de Sarney que o episódio da não votação da proposta de regimento da Constituinte provocou que existe e que, se bem conduzido, poderá ajudar a estabilidade de um governo crucificado na convergência de tantas crises. Falta, também, uma reforma do ministério para que Sarney possa, via a absorção de novas forças políticas, ampliar a base de sustentação do governo. Se organizar uma nova equipe à feição do parlamento, governará com mais tranquilidade.

Há modos e meios de o presidente tentar evitar um confronto direto com o PMDB do deputado Ulysses Guimarães. Tudo dependerá, naturalmente, da capacidade que o governo venha demonstrar na administração da crise econômica.

Consequência, não causa

Do deputado Delfim Netto: "O FMI vem sempre atrás e não à frente da recessão."

Sabedoria

Do ex-deputado Thales Ramalho: "No Brasil, é sempre assim: quando tudo está muito ruim, de repente fica bom."

Ricardo Noblat
(interino)

Política

Ulysses e Sarney discutem problemas da Aliança

Jorge Bastos Moreno

Brasília — O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, reúne-se hoje com o presidente José Sarney para discutir as novas medidas econômicas do governo e o relacionamento entre os partidos que integram a Aliança Democrática, afetado pelos incidentes da discussão sobre o regimento da Constituinte. Ulysses pretende acertar também com Sarney os principais temas de interesse do governo na Constituinte e descartar a possibilidade de, nesse encontro, tratar já da reforma ministerial.

Ulysses informou estar discutindo com os principais assessores do governo as medidas econômicas que serão adotadas depois do carnaval. Embora não tivesse revelado seu teor, o deputado disse que elas serão necessárias para complementar a política do governo de evitar a qualquer custo a recessão. Ele acha que, hoje, obterá de Sarney as alternativas para a crise e informou que elas serão tomadas de comum acordo com a Aliança Democrática.

O presidente do PMDB disse que sua

preocupação maior é com a base de sustentação política de Sarney na Constituinte, que ele quer ajudar a consolidar, com o presidente. Temos que acabar com essa verdadeira torre de Babel, disse Ulysses, referindo-se ao descompasso entre os líderes da Aliança no Congresso. Ele considera, porém, superadas as divergências entre o PMDB e o PFL na questão do regimento. Leva inclusivo a Sarney os termos do entendimento entre os dois partidos, extraídos da emenda do deputado Maurício Ferreira Lima (PMDB-PE), que delimita a soberania da Constituinte.

Ministério

A consolidação da base de sustentação política de Sarney na Constituinte, segundo ele, não interessa apenas ao governo, mas aos próprios PMDB e PFL, que podem, assim, imprimir a marca da Nova República na futura Constituição. O deputado repele a tese de que, na Constituinte, os partidos serão pulverizados pelo antagonismo das posições pessoais, reunidas em blocos.

Nossa obrigação é fortalecer a

constituinte e isso só será possível com o fortalecimento dos partidos. É natural que haja temas, como parlamentarismo e voto distrital, sobre os quais os partidos devem reconhecer a posição de cada um. Mas a essência do programa partidário deve ser preservada — afirma.

Amigos mais próximos do presidente do PMDB informam que a sua posição sobre a reforma ministerial é, por enquanto, de expectativa. Ele não acredita que Sarney esteja conversando sobre isso com ninguém e só deverá fazê-lo depois de 15 de março. Ulysses, segundo esses amigos, considera inevitável a reforma, mas aponta três fatores que deverão retardá-la: primeiro, Sarney, no seu entender, não quer receber pressões duplas — dos governadores que estão saindo e dos que estão assumindo seus mandatos; segundo, a crise econômica ainda não deu fôlego necessário para o presidente poder pensar na alteração da equipe; e, por último, a turbulência da base de sustentação política do governo não pode ser alimentada pelas ambigüezes pessoais, naturais nesse tipo de composição.

Fotos de Geraldo Viola



Leo Simões



Alexandre Camacho



Élcio Costa Couto



Carlos Abreu Mendes

Moreira anuncia mais 7 nomes

O governador eleito Moreira Franco anunciou mais sete secretários. Agora só estão faltando os do Trabalho, Polícia Militar, Defesa Civil e Gabinete Militar. Os de Ciência e Tecnologia, José Pelliccio Ferreira, e de Desenvolvimento Urbano, Haroldo de Matos Lemos, não estavam no escritório de Moreira na hora do anúncio oficial. Haroldo foi ontem para Nairobi, Quênia, se desligar das funções que exerce no Programa Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Além de Pelliccio e Haroldo de Matos Lemos, Moreira Franco confirmou os nomes de Alexandre Camacho para a Secretaria Extraordinária para Assuntos Administrativos; de Élcio Costa Couto, para a de Agricultura; de Léo Simões, para Esportes e Lazer; de Hélio Saboya, para a Procuradoria Geral do Estado; e de Carlos Henrique Abreu Mendes, para a Secretaria do Meio Ambiente.

O governador eleito decidiu dividir

as secretarias de estado em quatro grupos. Com isso, dificilmente haverá reuniões do secretariado durante o governo. Além dos despachos individuais, sempre que necessário haverá reuniões por grupos. O grupo da área econômica é formado pelas secretarias de Planejamento, Fazenda, Agricultura, Indústria e Comércio, Turismo e Ciência e Tecnologia, e pelo presidente do Banerj.

O grupo de infra-estrutura é formado pelas secretarias de Transportes, Minas e Energia, Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano. O grupo social pelas de Saúde, Educação, Promoção Social, Cultura, Trabalho e Esportes e Lazer. E o grupo jurídico-administrativo pelas secretarias de Justiça, Polícia Civil, Polícia Militar, Defesa Civil, Administração, Governo e Gabinete Militar, e pelo procurador-geral do Estado.

A deputada estadual Jandira Feghali, o deputado federal Edmilson Valenti e

o dirigente do PC do B Arlindenor Pedro estiveram com o governador eleito Moreira Franco para reclamar "do monopólio do PCB na área da saúde", como explicou Jandira. Segundo a deputada, o PC do B não discute a nomeação do médico Sérgio Arouca para secretário:

As indicações de Luis Antônio Santini para subsecretário e de Antônio Ivo para chefe de gabinete, anunciadas por Arouca, caracterizam uma monopolização da área de saúde por parte do PCB, e isso contraria inteiramente o espírito da campanha e as posições assumidas até agora por Moreira Franco, além de estreitar a discussão dos problemas do setor.

Depois de falar com o governador eleito, Jandira Feghali disse que Moreira prometeu interferir para que não haja um monopólio do PCB na área da saúde e pediu que confiassem nele: "Nós confiamos, como temos confiado até hoje".

Assembléias fazem censo e começam a dispensar funcionários-fantasmas

São Luís e Campo Grande — A Assembleia do Maranhão publicará neste domingo nos jornais de São Luís o resultado do recadastramento destinado a identificar quem trabalha e onde, no Poder Legislativo. Antes de acabado o serviço, o presidente Ricardo Murad já devolveu às suas repartições de origem cerca de 300 servidores da capital e interior. Foi dado um prazo de 30 dias para os omissos se apresentarem à Assembleia. Quem não se recadastrar será considerado demitido. O novo presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, Jonathas Pereira Barbosa (PMDB), deixou em panico pelo menos 40% dos funcionários da casa — os chamados "fantasmas". Foi instituído o cartão de ponto como forma de forçar o comparecimento ao trabalho, e um recadastramento, a cargo da Diretoria Geral de Recursos Humanos, vai apontar quem são os verdadeiros opositores. Todos são apadrinhados e a grande maioria reside no interior e até em outros estados.

Brasília — Ana Carolina Fernandes



Teotônio Filho: "O velho não era um político, dizia tudo o que pensava"

Teotônio Filho conchava mais que o pai

Brasília — Estreante no Congresso, senador mais jovem da história da República, ele ainda está tenso e sente o peso da responsabilidade do nome do pai. Teotônio Vilela Filho (PMDB-AL), 36 anos — filho de Teotônio Vilela, que na década de 70 rompeu com a Arena e o regime militar, para correr o país pregando o retorno à democracia e a afirmação da soberania nacional, tornando-se um símbolo nacional — está preocupado com a atual situação.

"A transição está confusa, com o povo no limite da paciência e desencantado", diz ele, que acha que chegou a hora do presidente José Sarney "assumir a moratória como uma política, em lugar de tática, e apresentar um nitido programa de governo para que se estabeleça logo a duração do seu mandato e a data da convocação de eleições diretas para a Presidência da República".

Pressões afetivas

Carregando com orgulho o sobrenome famoso, Teotônio Vilela Filho

quer honrar o passado de lutas do pai, mas com seu próprio estilo, mais descontrair e conciliador. "Estou percebendo aqui que o velho não era político. Não conchava como o Ulysses Guimarães ou o Marco Maciel. Teotônio dizia tudo o que pensava. Achava que eu conchava mais do que ele", diz, queixando-se da tensão permanente com a iniciação na vida política.

Ele admite que vem sofrendo pressões dos amigos famosos, também herdados do pai, que pedem que ele dê a partida numa campanha pelas mudanças que implique a convocação imediata de eleições diretas para presidente, antes mesmo que seja elaborada a nova Constituição. "O Henfil me telefona quase que diariamente solicitando que eu dispare imediatamente a idéia das diretas", diz.

Foi ao lado de Henfil que Teotônio Filho viu uma das mais emocionantes cenas vividas pelo pai. Era 1982 e Teotônio, pai, presidente interino do PMDB, tramava com Herfil, na sua

casa em Alagoas, uma fórmula para iniciar a campanha pelas diretas. Fizeram uma combinação surrealista: "Resolveram sair em passeata da Praça da Sé (São Paulo) para uma caminhada a pé até Brasília e discutiram, seriamente, pormenores da longa operação, porque Henfil, que manca de uma perna, iria empurrar a cadeira de rodas do velho, que já não andava".

O jovem senador não está gostando do que já viu no Congresso. "As questões são meramente partidárias, e a política de defesa dos interesses da Nação é superada por questões pessoais", lamenta. A curta convivência com o meio político já o tornou mais cauteloso do que o pai. Ele acha que necessita de um grande apoio popular para dar o grito em defesa das diretas. Diz que suas propostas políticas são baseadas no Plano de Emergência do pai, que dizia que o país tinha quatro grandes dívidas a resgatar: a dívida política, a social, a interna e a externa. O filho acrescenta uma outra: a dívida ecológica.

Sant'Anna enfrenta hostilidades



Carlos Sant'Anna

Arquivo — 9/1/86

Brasília — Enquanto os 258 deputados do PMDB se reuniam no dia 12 passado para a tumultuada escolha do seu novo líder na Câmara, uma informação circulava pelo gabinete destinado à liderança: "O deputado Carlos Sant'Anna quer esse gabinete." Segundo os boatos de então, o recém-indicado líder do governo na Câmara estava de olho no gabinete da liderança, sob a alegação de que não teria como conciliar suas funções com o acanhado gabinete que ocupa como deputado da bancada baiana.

O temor dos funcionários acabou como havia começado, tão logo o líder eleito, Luís Henrique, tomou assento na cadeira antes ocupada por Pimenta da Veiga. Sem que o presidente da Câmara e da Constituinte, Ulysses Guimarães, lhe destinasse, como era seu desejo, acomodações mais amplas. Sant'Anna começou a trabalhar revezando-se entre seu gabinete e a Comissão de Saúde, onde está com os dias contados.

Ressentimentos

Este, porém, acabou se revelando o menor dos problemas a ser enfrentado pelo homem escolhido pelo presidente José Sarney para fazer oficialmente a articulação entre o Planalto e o Congresso, mas na verdade entre o Planalto e a Constituinte. O deputado logo percebeu que, na prática, seu cargo tinha outros que, na maioria, de repente ficaram mais importantes.

Ressentidos com a decisão do Presidente Sarney de ter "um líder desfarado" dentro da Constituinte, os próprios parlamentares da bancada do PMDB começaram a trabalhar pelo seu esvaziamento. E na última quarta-feira, 15 dias apenas após ser indicado, Carlos Sant'Anna acabou atraindo para si, de uma só vez, a ira dos constituintes de seu partido e dos parti-

dos (PMDB-SP), que garantem à assembleia autonomia para mudar a Constituição em vigor. O parágrafo, juram os seus fiéis defensores, foi redigido de próprio punho por Carlos Sant'Anna.

O vice-líder do PMDB, Miro Teixeira (RJ), um dos interlocutores de Sant'Anna nessa negociação, garante que, antes que o acordo fosse fechado para inclusão do parágrafo da soberania, o líder do governo chegou até a pedir tempo para "uma consulta", o que fez por telefone, voltando depois para "dar o sinal verde".

O parágrafo, contudo, provocou uma violenta reação dos partidos mais à direita, como o PFL (no comando da rebeldia), PIB, PDS e PL e desagradou profundamente ao Palácio do Planalto,

que viu ali uma brecha para o mandato do presidente Sarney ser encerrado.

Carlos Sant'Anna, em meio à crise de quarta-feira, ainda tentou uma jogada frustrada: saiu pelo plenário a cochichar com pemedebistas "moderados", como ele, fazendo um apelo para que se retirasse. Correu a Mesa Diretora e pediu para falar. Não o podia fazer, porém, como líder, e foi obrigado a recorrer a uma questão de ordem.

Nervoso, sugeriu a suspensão da sessão para reabertura das negociações. Foi impiedosamente vaiado pelos companheiros de bancada e teve sua questão de ordem rejeitada por Ulysses Guimarães. Isso bastou para que o presidente Sarney telefonasse para os ministros, governadores e parlamentares apelando para o esvaziamento da sessão.

Ao mesmo tempo, Sant'Anna, acompanhado apenas do seu filho e assessor, André, se retirou para o gabinete do quinto andar do Anexo IV. A sessão foi esvaziada.

Fernando Henrique muda de idéia e reivindica secretaria a Quercia